COMUNICADO

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDCA-CE, órgão deliberador e controlador das Políticas para Infância e Adolescência no Ceará, comunica a CONSULTA PUBLICA DO PLANO ESTADUAL DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA no período de 20/02/2025 A 20/03/2025

O QUE É O PLANO?

O Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária busca assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham o direito de crescer e se desenvolver no seio de uma família, em um ambiente seguro e propício ao seu desenvolvimento integral.

É COMPOSTO POR 4 EIXOS

EIXO 1: ANÁLISE DA SITUAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

EIXO 2: ATENDIMENTO

EIXO 3: MARCOS NORMATIVOS E REGULATÓRIOS

EIXO 4: MOBILIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Desde 2023 o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA-CE), vem envidando esforços para atualização dos Planos Temáticos da Infância e Adolescência e para tanto constituiu Comissão Intersetorial e para a atualização e revisão, bem como financiamento através do Fundo Estadual para Criança e Adolescente - FECA , por meio de Edital publico em parceria com Secretaria da Proteção Social (SPS/CE).

O processo de operacionalização de atualização, do Plano Estadual de Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes do Ceará se deu no período entre os anos de 2023 a 2024, de forma participativa e descentralizada, escutando os Comitês de Participação de Adolescentes, CPA (municipais e estadual), demais adolescentes representantes dos municípios, além dos demais membros do Sistema de Garantia dos Direitos -SGD (conselheiros tutelares,de direito, profissionais da saúde, educação, assistência social), Sistema de Justiça.

Após a contribuição dos diversos atores do SGD, adolescentes e sistema de Justiça, submetemos a consulta pública a versão preliminar do Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente.

AS CONTRIBUIÇÕES PODEM SER FEITAS POR E-MAIL E OU FORMULÁRIO

Link: https://forms.gle/XvUJkLWvGzCXny1X9

Email's

cedcaceara@yahoo.com.br

cedca@sps.ce.gov.br

ETAPAS DO PLANO: Reuniões da Comissão Intersetorial, Planejamento e Mobilização para os Encontros Regionais, Audiência Pública, seminário estadual.

ENCONTROS REGIONAIS: RMF Fortaleza, Sertão Central, Centro Sul, Caririri, Vale do Jaguaribe, Região Norte/Acaraú, Litoral Leste e

Oeste, Maciço do Baturité, Sertão e Crateús e Inhamuns, Região Ibiapaba

SEMINÁRIO ESTADUAL: 05/12/2024

AUDIÊNCIA PÚBLICA: 04/08/2024

REUNIÕES COMPLEMENTARES : Comissões Técnicas do CEDCA – Politicas Básicas e Garantia de Direitos – ordinariamente todos os meses de 2024

CONSULTA PÚBLICA: 20/02/2025 a 20/03/2025

APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL REVISADA E ATUALIZADA: 09 de abril de 2025 na I Reunião Extraordinária do CEDCA-CE

APRESENTAÇÃO E LANÇAMENTO DO PLANO: Em Audiência Pública a ser agendada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PLANO DE AÇÃO

EIXO 1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO					
Objetivos	Ações	Resultados	Cronograma	Envolvidos	Articulador
Fortalecer a rede SGD e ampliar o conhecimento, para identificação dos itens facilitadores à análise situacional referente à violação ao direito da convivencia familiar e comunitária de crianças e adolescentes.	Sensibilização dos profissionais que procedam com os registros dos dados em todos os sistemas para subsidiar planejamento políticas o das públicas (CEMARIS, SIPIA, SINAN, SISTEMA DE EDUCAÇÃO, SISTEMA DE SAÚDE etc).	Sistemas atualizados e as informações socializadas.	Médio e longo prazo	Sistema de Garantia de Direitos Universidades CEDCA-CE	CEDCA-CE CMDCA`s
	Submissão de relatórios anuais contendo dados quantitativos e qualitativos sistematizados por instrumental próprio, acerca do atendimento das políticas a criança e adolescente setoriais, a serem enviados aos órgãos de controle social.	Relatórios sistematizados	Médio prazo	Setoriais governamentais CEDCA-CE	CEDCA-CE CMDCA`s
	Criação e implementação de departamento (setor) para gestão em nível estadual, que se responsabilize pela sistematização e publicização dos dados do SIPIA CT, em concordância com as normativas.	Setor criado e implemetado	Médio prazo	Secretaria da Proteção Social CEDCA-CE	CEDCA-CE CMDCA`s
	Responsabilização dos conselheiros tutelares com falta funcional por ausência da alimentação do SIPIA	Atos normativos aplicados	Médio prazo	Ministério Público Tribunal de Justiça	CEDCA-CE CMDCA`s

Criar uma comissão intersetorial para definir indicadores dos fatores que favorecem ou ameaçam a convivência familiar e comunitária.	Definição e levantamento de indicadores e fatores que favorecem ou ameaçam a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes	Levantamentos realizados.	Curto Prazo.	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social Organizações da sociedade civil	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social CEDCA-CE CMDCA`s  CEAS  CMAS`s
Aprofundar o conhecimento em relação à situação familiar das crianças e adolescentes em seu contexto sociocultural e econômico identificando os fatores que favorecem ou ameaçam a convivência familiar e comunitária.	Realização de levantamento acerca dos programas, projetos serviços e políticas de direito a convivência familiar comunitária existentes, identificando êxitos e desafios, comparando situações de manutenção ou fortalecimento de vínculos, em nível estadual e municipal.	Levantamentos realizados.	Curto Prazo.	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social Conselho Tutelar	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social CEDCA-CE CMDCA`s  CEAS  CMAS`s
	Conhecimento das condições das de crianças e adolescentes em situação de rua para propor ações afirmativas e promocionais para melhoria da qualidade de vida, mediante dados levantados pelas setoriais.	Levantamentos realizados.	Curto Prazo.	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social Conselho Tutelar	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social CEDCA-CE CMDCA`s  CEAS  CMAS`s

Implantar, aprimorar e valorizar a comunicação entre os Sistemas de Informação sobre crianças, adolescentes e famílias, com ênfase no Apoio Sociofamiliar, Famílias Acolhedoras, Acolhimento Institucional e Adoção.	Identificar lacunas na oferta de dados dos Sistemas de Informação e as dificuldades de interface entre esses Sistemas, identificando a demanda e propondo dados a serem incorporados, incluindo seção de dados sobre famílias e sobre a presença de pessoas com deficiência, transtorno mental e outros agravos entre as crianças e adolescente.	Lacunas na oferta de dados e dificuldades de interface entre os Sistemas de Informações identificadas.	Médio Prazo	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social Conselho Tutelar Sistema de Justiça	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social CEDCA-CE CMDCA`s  CEAS  CMAS`s

EIXO 2 ATENDIMENTO					
Objetivos	**Ações**	**Resultados**	**Cronograma**	**Envolvidos**	**Articulador**
Integrar as políticas públicas de atenção às crianças, adolescentes e as famílias, respeitando as especificidades e diferentes características regionais, estaduais e municipais (porte, geográfico, densidade, renda, cultura entre outros) garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.	Garantia da contratação e manutenção de Psicólogos e Assistentes Sociais nas escolas à luz da Lei 13.935/2019.	Profissionais inseridos nas escolas.	Longo prazo	Sistema de Garantia de Direitos SEDUC CAOEDUC CEDCA-CE	CEDCA-CE CMDCA`s Assembleia Legislativa
	Oferta de formação continuada para professores da rede pública e privada de ensino básico para abordar questões relativas aos direitos das crianças e adolescentes, ao Apoio Sociofamiliar e ao Sistema de Garantia de Direitos.	Profissionais capacitados.	Médio prazo	ECONCE SEDUC CAOEDUC CEDCA-CE	CEDCA-CE CMDCA`s CAOEDUC
	Planejamento de ações, serviços socioassistenciais e programas com famílias que promovam a convivência familiar e comunitária em conformidade com o SUAS.	Planejamento elaborado	Médio prazo	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social CEDCA-CE CMDCA`s  CEAS/CMAS`s

	Fortalecimento das ações de manutenção de crianças e adolescentes em sua família e comunidade de origem, respeitando o caráter expecional de colocação em acolhimento familiar ou instituicional	Ações fortalecidas	Médio prazo	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social Ministério público Tribunal de Justiça	Secretarias Estadual e Municipais de Proteção Social CEDCA-CE CMDCA`s  CEAS/CMAS`s
	Ampliação e garantia do acesso aos serviços de educação infantil para crianças de 0 a 5 anos oriundas de famílias em vulneraveis com vistas à garantia da convivência familiar e comunitária.	Cobertura da educação infantil ampliada	Médio prazo	SEDUC CAOEDUC CEDCA-CE	CEDCA-CE CMDCA`s
Fortalecer o Eixo da Proteção do SGD	Garantia de formação continuada para os conselhos tutelares e demais operadores do SGD para operar o SIPIA-CT e desempenhar suas funções, a partir da Lei Henry Borel.	Operadores do SGD capacitados	Médio prazo	CEDCA ECONCE SGD Setoriais estaduais e municipais	CEDCA CMDCA´s
	Incidência na realização de concurso para a composição das equipes multiprofissionais das varas da infância e juventude dos municípios (previsão do art. 150 do Estatuto da Criança e do Adolescente).	Equipes multiprofissionais compostas	Médio prazo	CEDCA Tribunal de Justiça	CEDCA Assembleia Legislativa
	Garantia de estrutura e equipamento das instalações dos conselhos tutelares, garantindo melhores condiçôes de trabalho.	Conselhos Tutelares estruturados e equipados	Médio prazo	CEDCA Setoriais estaduais e municipais	CEDCA CMDCA´s

	Ampliar as varas de infância e juventude nos municípios do Ceará, assegurando à prioridade e especialização no atendimento.	Varas de infância e juventude ampliadas regionalizadas	Longo prazo	CEDCA Tribunal de Justiça	CEDCA Assembleia Legislativa
Identificar e difundir boas práticas relacionadas aos atendimentos à crianças e adolescentes para o fortalecimento dos vínculos família e comunidade.	Publicização de programas bem-sucedidos envolvendo guarda ou adoção de crianças e adolescentes, e o SCFV.	Boas práticas publicizadas	Médio prazo	CEDCA Tribunal de Justiça Setoriais estadual e municipais de proteção social	CEDCA CMDCA´s
	Incidência junto ao CONANDA para quê o Ministério da Educação garanta a implantação, nas redes de ensino público, de programas voltados às famílias e aos alunos, com o objetivo de sensibilizar acerca dos direitos da criança e do adolescente e o fortalecimento dos vínculos familiares.	CONANDA sensibilizado	Médio prazo	CEDCA Entidades representantivas da sociedade civil	CEDCA CMDCA´s
Ampliar os mecanismos de garantia e defesa dos vínculos familiares e comunitários.	Incidência no reordenamento dos equipamentos serviços dos CRAS, CREAS e CAPS I (municipalizados ou regionalizados), bem como na universalização do cofinanciamento, estimulando a universalização da cobertura em todos os municípios.	Órgãos, comissões e municípios mobilizados	Longo prazo	CEDCA Entidades representantivas da sociedade civil Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS Comissão Intergestores Tripartite (CIT) SUS	CEDCA CMDCA´s CEAS CESAU
	Garantia de atendimento qualificado às gestantes e às famílias que pretendem entregar seus filhos para adoção (entrega) legal, nas ações, serviços, programas e projeto nas áreas da saúde, da assistência social e do Sistema de Justiça.	Atendimento qualificado garantido	Médio prazo	CEDCA Setoriais estaduais e municipais Sistema de Justiça	CEDCA CMDCA´s Tribunal de Justiça

Garantia de implantação e/ou adequação de Centros – POP´s, conforme a Política Nacional de Assistência Social e Decreto nº 7.053/2009, com a finalidade de garantir os direitos de crianças e adolescentes em situação de rua com seus familiares.	Resolução recomedativa para implantação e adequação dos Centros Pop´s ao atendimento das crianças e adolescentes publicadas	Médio prazo	CEDCA Secretarias de proteção social estadual e municipais	CEDCA CMDCA´s
Incorporação nos programas e serviços de Apoio Sociofamiliar, ações inclusivas, que garantam o direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes com transtornos mentais e deficiências.	Resolução recomedativa para adequação dos serviços inclusivos publicada	Médio prazo	CEDCA Secretarias de proteção social estadual e municipais Secretarias de saúde estadual e municipais	CEDCA CMDCA´s
Incidência na gestão dos programas de geração de renda para a inclusão de famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, em caráter prioritário.	Resolução recomedativa para adequação dos programas publicada	Médio prazo	CEDCA Secretarias de proteção social estadual e municipais Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS	CEDCA CMDCA´s CEAS
Fomento a práticas alternativas terapeuticas de tratamento de saude mental, não manicomiais, que garanta a convivência familiar e comunitária.	Resolução recomedativa para práticas terapêuticas alternativas publicada	Médio prazo	CEDCA Comissão Intergestores Tripartite (CIT) SUS CESAU	CEDCA CMDCA´s CESAU
Garantia de segurança nos espaços públicos frequentados por crianças e adolescentes.	Esquema de reforço de segurança pública nos logradouros e espaços públicos frequentados por crianças e adolescentes	Médio prazo	CEDCA SSPDC Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Consesp)	CEDCA CMDCA´s Segurança pública municipal

	Manutenção do funcionamento da central de regulação do estado, garantindo o acolhimento de crianças e adolescentes em casos excepcionais que os serviços municipais de acolhimento não consigam atender.	Central de regulação de vagas de acolhimento estadual em funcionamento.	Curto prazo	CEDCA Secretarias de proteção social estadual e municipais Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS	CEDCA CMDCA´s CEAS
	Garantia de interface entre os municípios de pequeno porte I e II, que possuem serviços de acolhimento familiar para que possam ser assistidos em casos excepcionais nas unidades de acolhimento institucional regionalizado, quando o serviço municipal não consiga acolher por conta de suas especificidades.	Interface entre os serviços estaduais e municipais de acolhimento familiar e institucional fortalecida	Curto prazo	CEDCA Secretarias de proteção social estadual e municipais Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS	CEDCA CMDCA´s CEAS
Garantir e incentivar a convivência familiar das/os adolescentes privados de liberdade, bem como de crianças e adolescentes com pais em cumprimento de medida restritiva de liberdade.	Observância ao cumprimento da Lei 13.769/2018 e decisões dos tribunais acerca da execução da prisão domiciliar às mulheres com filhos de até 12 anos, em substituição aos demais regimes de privação de liberdade, especialmente quando se tratar de mães adolescentes no sistema socioeducativo.	Resolução deliberativa acerca do cumprimento da Lei em pauta publicada	Médio prazo	CEDCA Defensoria Pública e núcleos de defesa jurídico-social Tribunal de Justiça	CEDCA Promotorias da justiça
	Estímulo e garantia do contato das crianças e adolescentes, filhos com genitores que se encontram privados de liberdade, quando não for viável o cumprimento da Lei 13.769/2018.	Resolução deliberativa acerca do cumprimento integral do SINASE publicada	Médio prazo	CEDCA Defensoria Pública e núcleos de defesa jurídico-social SEAS	CEDCA Promotorias da justiça
	Criação de ações que incentivem e garantam o fortalecimento do vínculo entre genitores e adolescentes submetidos à medida socioeducativa, principalmente, privativa de liberdade, em cocordancia com o SINASE, inclusive com estratégias efetivas nas	Resolução deliberativa acerca do cumprimento integral do SINASE publicada	Médio prazo	CEDCA Defensoria Pública e núcleos de defesa jurídico-social SEAS	CEDCA Promotorias da justiça

	situações decorrente de calamidades públicas e pandemias.				
Reordenar, ampliar e fortalecer os serviços de acolhimento institucional e familiar (família acolhedora)	Incidência no cofinanciamento das três esferas públicas para o reordenamento e qualificação dos programas e serviços de acolhimento institucional e familiar nessas esferas.	Órgãos gestores e de controle social nos três níveis mobilizados	Longo prazo	CONANDA CNAS CEDCA CEAS Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS Secretarias de proteção social estadual e municipais	CEDCA CMDCA´s
	Realização de estudo de viabilidade para conhecer a realidade atual da necessidade de ampliação e reordenamento dos serviços de acolhimento regionalizado institucional de crianças e adolescentes, preferencialmente, em locais próximos à sua família ou comunidade de origem. acolhimentos.	Resolução conjunta estadual deliberativa publicada	Longo prazo	CONANDA CNAS CEDCA CEAS Secretarias de proteção social estadual e municipais Comissão Intergestores Bipartite (CIB) SUAS	CEDCA CMDCA´s
	Garantia de instalações físicas dos serviços de acolhimento regionalizados, de acordo com os parâmetros dos dispositivos normativos nacionais e estaduais, com maior semelhança à estrutura de residência, com acessibilidade e adaptações.	Resolução conjunta estadual deliberativa publicada	Longo prazo	CEDCA CEAS Secretarias de proteção social estadual e municipais Ministério público	CEDCA CMDCA´s
	Garantia do cumprimento dos parâmetros para a criação de programas	Relatório de acompanhamento atualizados	Curto prazo	CEDCA	CEDCA

	de apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizado.			CEAS Secretarias de proteção social estadual e municipais Ministério público Tribunal de Justiça	CMDCA´s Ministério público
Formar recursos humanos na temática da convivência familiar e comunitária.	Articulação junto às instituições de ensino superior (IES), Secretaria de Educação Superior (SESU) estadual, e FUNCAP para formação de recursos humanos especializados no atendimento de crianças, adolescentes e famílias, com foco no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	Proposta de programa de formação com ementa submetidos ao CEDCA	Longo prazo	CEDCA Órgãos de formação superior e de pós-graduação.	CEDCA
Restabelecer e fortalecer a Rede Estadual de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos.	Criação, implementação de serviços integrados e especializados de busca a crianças e adolescentes desaparecidos, considerando o porte dos municípios e as especificidades locais.	Proposta de serviços submetidos ao CEDCA	Médio prazo	CEDCA SSPDC	CEDCA
	Incorporação e disseminação de novas tecnologias e procedimentos na busca de crianças e adolescentes desaparecidas, em cumprimento às Leis Lei nº 11.259/2005 (Lei da Busca Imediata) e Lei nº 13.812/2019 (Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas) e Lei nº 14.548/2023 (Inclusão imediata nos cadastros nacionais de crianças e pessoas desaparecidas).	Proposta de programas com procedimentos de buca atualizada	Médio prazo	CEDCA SSPDC Políticas Estaduais	CEDCA

	Garantir a produção e digulgação de material preventivo de orientação às famílias, às crianças, aos adolescentes e a comunidade em geral, incluindo informações sobre o tráfico de crianças e adolescentes acessivel.	Proposta de material de divulgação e preventivo submetido ao CEDCA	Médio prazo	CEDCA SSPDC Políticas Estaduais	CEDCA

EIXO 3 MARCOS NORMATIVOS E REGULATÓRIOS					
Objetivos	**Ações**	**Resultados**	**Cronograma**	**Envolvidos**	**Articulador**
Aprimorar os marcos normativos e regulatórios para a efetivação da promoção, defesa garantia e do direito à convivência familiar e comunitária no sistema de garantia de direitos (SGD)	Atualização e implementação efetiva dos parâmetros para programas, ações, serviços de apoio sociofamiliar, de famílias acolhedoras e acolhimento institucional e programas de preparação de adolescentes e jovens para a autonomia no âmbito do SUAS e SGD, nas duas esferas de governo, tendo como parâmetros as diretrizes e objetivos gerais deste plano.	Parâmetros atualizados e implemetados.	Curto Prazo.	CEDCA CEAS CMDCA`s CMAS´s -Secretaria da Proteção Social.	CEDCA CEAS CMDCA`s CMAS´s
	Demanda aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e às gestões municipais para a elaboração dos planos municipais de direito a criança, familiar e comunitaria	Resolução recomendativa publicada.	Curto Prazo.	CEDCA CMDCA`s Secretarias estadual e municpais da Proteção Social.	CEDCA CMDCA`s
Subsidiar na regulamentação dos programas e serviços de famílias acolhedoras e da guarda subsidiada na família extensa.	Monitoramento da elaboração e publicação das regulamentações municipais para criação e implementação do serviço de família acolhedora nos municípios.	Relatório de monitoramento disponiblizado.	Curto Prazo.	CEDCA Ministério Público Secretarias estadual e municpais da Proteção Social.	CEDCA CMDCA`s
	Assessoramento aos municípios para a regulamentação da criação de serviços de famílias acolhedoras nos municípios,	Relatório de monitoramento disponiblizado.	Curto Prazo.	CEDCA Ministério Público Secretarias estadual e municpais da Proteção Social.	CEDCA CMDCA`s

Garantir a aplicação da legislação existente referente à Adoção	Acompanhamento da celeridade ao tempo de destituição do poder familiar nos prazo juridícos.	Relatório de acompanhamento disponibilizado.	Curto Prazo.	CEDCA Ministério Público Tribunal de justiça	CEDCA CMDCA`s
	Inclusão em texto legal, previsão expressa referente ao Programa de Guarda Subsidiada na Família Extensa, contendo as ações, atribuições e critérios.	Relatório de acompanhamento disponibilizado.	Curto Prazo.	CEDCA Ministério Público	CEDCA CMDCA`s Assembleia Legislativa

EIXO 4 MOBILIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO					
Objetivos	**Ações**	**Resultados**	**Cronograma**	**Envolvidos**	**Articuladores**
Desenvolver e implementar estratégias de comunicação que mobilizem a sociedade e contribuam na qualificação da mídia para o tema do direito à convivência familiar e comunitária.	Realização de campanhas educativas (vinculadas a mídia) como forma de mobilização da sociedade para prevenção da violação de direitos, prevenção a drogadição e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes.	Campanhas educativas veiculadas	Curto Prazo.	CEDCA Assessorias de comunicação das setoriais governamentais	CEDCA
	Realização de oficinas de sensibilização, corresponsabilidade e qualificação com profissionais da mídia, nos próprios meios de comunicação.	Oficinas realizadas sistematicamente	Curto Prazo.	CEDCA Ministério Público	CEDCA
	Articulação e promoção, em âmbito estadual, de campanhas junto à sociedade para a adoção de crianças e adolescentes, enfatizando as adoções de crianças fora da primeira infância e adolescentes pertencentes às minorias étnicas, com deficiências, necessidades específicas de saúde, com transtornos mentais, grupo de irmãos e outros.	Campanhas veiculadas	Curto Prazo.	CEDCA Ministério Público Assessorias de comunicação das setoriais governamentais	CEDCA
	Implantação de fórum virtual para discussões permanentes da temática sobre o Plano Estadual da Convivência Familiar e Comunitária.	Metodologia implementada	Médio Prazo.	CEDCA Organizações da sociedade civil CPA ECONCE	CEDCA
	Articulação junto ao CONANDA para a implementação de Encontros Regionais	Encontros regionais implemetados	Médio Prazo.	CEDCA	CEDCA

	para troca de experiência sobre a temática, entre os Estados, obedecendo uma agenda propositiva.			CONANDA CEDCA´s Organizações da sociedade civil CPA ECONCE	
	Fomento à realização de campanhas de incentivo a adoção de crianças e adolescentes, com perfis diversos: maiores de 3 (três) anos, negros e negras, povos e comunidades tradicionais, com deficiências, necessidades específicas de saúde, grupo de irmãos e outros.	Campanhas veiculadas	Médio Prazo.	CEDCA Ministério público Tribunal de Justiça	CEDCA
	Realização de seminários para integração e compatibilização do Plano Estadual e Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e os demais Planos e Políticas	Seminários macrorregionais realizados	Médio Prazo.	CEDCA CMDCA`s CPA`s	CEDCA
	Divulgação do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária, com linguagem acessível.	PRODUTO com linguagem acessível publicado	Médio Prazo.	CEDCA Secretaia de Proteção Social CMDCA`s CPA`s	CEDCA